

# JORNAL DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO ESTADUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, FUNDEPAR E AFINS

## RUMO À GREVE GERAL

# Dia Nacional de Lutas tem grande adesão



**Em todo o país, trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos protestaram contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, desmonte dos serviços públicos e privatizações no dia 22 de setembro.**

**Estamos construindo a greve geral!**

**Nosso Encontro Estadual aprovou “estado de greve”. Se o governo retirar direito ou não pagar a data base, é greve! Confira as discussões e as deliberações na página 02.**



### É hora de arregaçar as mangas e ir à luta!

Temos que alertar colegas e familiares para que NÃO VOTEM e façam FORTE OPOSIÇÃO aos candidatos aliados à bancada do camburão e aos que aprovaram o PL 257 na Câmara Federal! Leia o Editorial na **Página 02**.

### Jornal do SINDISEAB vai migrar para versão online

Por uma questão de consciência ecológica, o jornal do sindicato vai mudar gradativamente para a versão online, pois chega mais rápido, não polui e é mais barato.

Até 31 de dezembro, todos os associados continuam recebendo a versão impressa. A partir de 1º de janeiro de 2017, o jornal impresso será enviado somente para os aposentados.

Caso você não seja aposentado e queira continuar a receber o nosso jornal impresso em sua casa, informe o sindicato.

\* Email: [sindiseab@sindiseab.org.br](mailto:sindiseab@sindiseab.org.br)

\* Telefone: (41) 3253-6328.



### E MAIS

- **Diretoria do SINDISEAB se reúne com autoridades e visita locais de trabalho.** Página 03.
- **Sindicato está impetrando novas ações judiciais.** Página 03.
- **Já temos cursos de Formação programados, garanta sua vaga!** Página 03.
- **Mobilizações do dia 22 de setembro.** Página 04.
- **Como está o trâmite do PL 257 e PEC 241?** Página 04.
- **Plenárias do FES no interior.** Página 04.
- **Reenquadrados têm direito à aposentadoria integral?** Página 04.

## EDITORIAL

# Vamos intensificar a mobilização

É hora de arregaçar as mangas e ir à luta!

**A primeira grande delas é alertar colegas e familiares para que NÃO VOTEM e façam FORTE OPOSIÇÃO aos candidatos aliados à bancada do camburão e aos que aprovaram o PL 257 na Câmara Federal!**

Desde criança, a gente sabe que a corda sempre arrebenta do lado mais fraco! Quanto mais gente agarrando a corda com força, mais chance temos de ganhar! Por isso, temos que enfraquecer o outro lado. Temos que votar em candidatos que sempre estiveram ao nosso lado. Defendendo os interesses da população!

**Cabo de guerra** – o que está acontecendo no Brasil é um verdadeiro confronto de interesses, tanto em nível federal; quanto em nível estadual:

- \* **do lado de lá**, estão os políticos que aprovaram o saque à nossa Previdência; o golpe contra a Democracia e estão aprovando o desmonte dos serviços públicos, a retirada de direitos dos trabalhadores e as privatizações;
- \* **do lado de cá**, estamos nós – servidores que trabalham para oferecer serviços públicos de qualidade para a população.

O Estado não existe para enriquecer amigos, mas para servir ao povo!

Apesar de ter dinheiro para pagar os nossos avanços de carreira (promoções e progressões), fazer justiça quanto ao enquadramento e garantir nossa data-base, o Governo Richa aguarda estrategicamente a aprovação do PL 257 e da PEC 241. O Encontro Estadual decidiu: se não pagar a data-base ou retirar qualquer direito, é greve!!!

**Agarre a corda!** Faltam apenas três meses para o fim do ano. E o nosso reajuste tem que ser pago em janeiro. Fique de olho no calendário de atividades. Participe das reuniões nos locais de trabalho.

A próxima grande mobilização está marcada para o dia 25 de outubro, na semana em que comemoramos o Dia do Servidor. Fique de olho na nossa agenda sindical. Arregace as mangas e vamos à luta!

## ENCONTRO ESTADUAL

## Contra calote e desmonte, servidores da Agricultura e Meio Ambiente entram em "estado de greve"



O nosso Encontro Estadual, em 26 de agosto, reuniu representantes dos núcleos regionais de todo o Paraná. Na ocasião, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) dos servidores da Agricultura e Meio Ambiente aprovou que – caso o governo descumpra ou revogue a lei da data base - a greve estará deflagrada.

A assembleia definiu diversos itens da pauta de reivindicações. Os servidores têm até o dia 30 de setembro, para acrescentar itens na pauta e fazer sugestões de como consolidar a greve.

**Tempos de luta** – no evento, os servidores acompanharam as análises da tensa conjuntura política federal e estadual feitas por Regina Cruz, presidenta da CUT-PR. “O governo golpista vem retirar direitos. Em 33 anos de história da CUT, todas as categorias sempre tiveram de conquistas. Os avanços conquistados nos governos Lula e Dilma estão em risco. Regina Cruz anunciou que as centrais sindicais estão construindo a greve geral contra a retirada de direitos. “Vai ser um período de muita luta para o movimento sindical como um todo”, afirmou.

Principais riscos aos direitos dos servidores e da população:

- \* **PL 257** – que limita o investimentos nos serviços públicos estaduais por dois anos;
- \* **PEC 241** – que altera a constituição desindexando os percentuais da receita da União, estados e municípios para investimento em saúde e educação, congelando por 20 anos;
- \* **PL 4330** – que terceiriza as relações de trabalho. Apelidado pelas centrais sindicais como o “PL da Escravidão”.

O Professor Arnaldo Vicente, da APP-Sindicato, representando o FES, disse que a nossa forma de fazer a luta sindical deve ser mudada. “Precisamos ter consciência para defesa dos direitos imediatos dos trabalhadores”, afirmou. “Ou estamos de um lado; ou de outro”. Defendeu ainda a necessidade de fazer cursos de formação para os sindicatos do FES. “Diante do desmonte do movimento sindical, não somos neutros”, concluiu.

Renilson Oliveira, da FENASEPE - federação vinculada à CUT que representa servidores de todo o país - disse que o Paraná foi exemplo de luta no ano passado. “Precisamos alertar os servidores que o golpe vai afetar a todos”, enfatizou.

A FENASEPE surgiu porque os servidores estaduais não tinham representantes na CUT Nacional. Assim, não tinham uma luta unificada. A decisão de construir uma entidade nacional foi aprovada no Congresso da CUT de 2009 e a FENASEPE foi regulamentada em outubro de 2015.



**Cid Cordeiro** - assessor econômico do SINDISEAB, afirmou que os desafios são muito grandes e que afetarão a vida dos servidores para o resto da vida profissional e até a aposentadoria.

“É fundamental a unificação na luta”, enfatizou. Citou três desafios imediatos: PL 257, PEC 241 e reajuste de 2007 e, em médio prazo, as reformas da previdência, trabalhista e as privatizações. “A recessão provoca perda de emprego e de salário. A classe trabalhadora perde dos dois jeitos. De todas as medidas, o que a gente mais sente é o reajuste salarial”, constatou. “O sindicato é maior que qualquer pessoa. Precisamos usar a energia para superar as divergências. Se a gente se dividir, vocês sabem quem vai ganhar do outro lado, né?”.



**Dr. Jackson Sponholz** - falou sobre os direitos e deveres dos servidores públicos. O advogado, que assessora o SINDISEAB desde sua fundação, fez um apelo emocionado para que os servidores se unam, respeitem o estatuto da entidade e preservem o sindicato.

Confira as mobilizações e o andamento do PL 257 e da PEC 241 na página 04.



• FONE/FAX: (41) 3253.6328  
 • E-MAIL: sindiseab@sindiseab.org.br  
 • SITE: www.sindiseab.org.br

**EXPEDIENTE** JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** sindiseab@sindiseab.org.br | **Site:** www.sindiseab.org.br | **Jornalista Responsável:** Cláudia Maria de Moraes (MTb 3186) **e-mail:** jornalismo@sindiseab.org.br | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 3.000 exemplares | **Impressão:** Mega Gráfica Editora (3598.1113) | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

**DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: Presidente:** Donizetti Aparecido Rosa da Silva (SEAB Maringá); **Vice-Presidente:** Elci Terezinha Veiga Costa (IAP Ponta Grossa); **Secretário Geral:** Temístocles dos Santos Vital (SEMA Curitiba); **1º Secretário:** Geraldo Carvalho de Oliveira (SEAB Irati); **2º Secretária:** Josiane Bitencourt da Conceição (IAP Litoral); **1º Tesoureiro:** Mário do Rocio Kulyk (IAP Curitiba); **2º Tesoureiro:** José Carlos Salgado (IAP Curitiba). **Conselho Fiscal:** Ronie Von Ramos de Assis (ADAPAR Maringá), Valdinei Rodrigues da Silva (IAP Ivaiporã) e Maria Auxiliadora Fernandes (BPP Curitiba).

## SINDICATO EM AÇÃO

# SINDISEAB visita locais de trabalho e tem audiências com autoridades

A primeira audiência aconteceu na tarde do dia 31 de agosto com o Diretor-Presidente do ITCG, Amílcar Cabral.

Em 02 de setembro, foi a vez do Secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, receber a direção do sindicato. O secretário discutiu, item por item, nossas reivindicações. Sobre as pautas financeiras, Ortigara disse que o problema é falta de dinheiro. "A gente tem um teto para o custeio", explicou, "liberam uma cota de orçamento e a gente tem que fazer escolhas".

O vencimento-base da Tabela Salarial do QPPE é extremamente baixo (AA: R\$ 1.105,91, AE: R\$ 1.523,85 e AP: R\$ 3.657,27).

Por isso, o sindicato está reivindicando a implantação da GEEE – ou criação de solução alternativa – para os servidores públicos do QPPE que prestam serviços na ADAPAR (cargos de AA e AE) e para os novos contratados da ADAPAR. O impacto

financeiro para a implantação da gratificação é de apenas R\$ 92.201,63 mensais (Of. SINDISEAB-SG nº 04, de 14/03/16 - prot. nº 14.003.573-4, em 18/03/16).

O SINDISEAB reivindica também o reajuste dos auxílio-transporte e auxílio-alimentação, que não são corrigidos há tempos e tem abrangências limitadas. Não são recebidos por todos os servidores:

\* **o auxílio-alimentação tem o valor de R\$ 103,00.** Não é corrigido desde 2012 e só é concedido para servidores que recebem até dois salários mínimos de remuneração: 2 x R\$ 880,00 = R\$ 1.760,00 (Decreto nº 5.384, 24/7/2012).

\* **o auxílio-transporte está defasado. Vale hoje somente R\$ 131,79.** Está sem correção desde 2014. Somente os servidores que recebem até R\$ 2.034,00 podem recebê-lo (Lei PR nº 17.657, 12/8/2013). Não cobre o cus-

**A nova direção do SINDISEAB deu início à série de reuniões com as autoridades das secretarias e órgãos da nossa base sindical para discutir as pautas de reivindicações geral e específicas de cada órgão.**



to das passagens do transporte coletivo de Curitiba (R\$ 3,70) e Região Metropolitana (R\$ 4,70).

Com a simples correção de ambos os auxílios, mais de trinta de servidores públicos da ADAPAR (sem GEEE) seriam beneficiados e teriam sua grave situação de sustentação financeira amenizada. O governo precisa olhar para os que ganham menos.

Por que o auxílio-alimentação dos servidores e membros do TJ-PR (R\$ 817,50), do TCE e MP-PR (mais de 710,00) são tão altos?

**VISITAS AOS LOCAIS DE TRABALHO** – o SINDISEAB continua visitando os locais de trabalho, fazendo o debate sobre a pauta de reivindicações e organizando os trabalhadores para a luta.



No IAP, o assunto principal foi a gestão sindical e questões jurídicas. Na ocasião, a direção anunciou que o SINDISEAB está melhorando a estrutura do site para que todos tenham acesso a informações exclusivas, por meio de login e senha. Há vários documentos e informações sobre as ações judiciais.

Na RTVE o assunto principal foi o enquadramento e escolha de um representante local.

## Jurídico

# Assembleia Geral Ordinária delibera por novas ações

**As ações judiciais coletivas a serem propostas pelo SINDISEAB (conforme registrado na ata da gestão 2016-2019) só serão autorizadas em assembleia.**

Qualquer associado pode fazer propostas de ações judiciais. Mas a propositura da ação está condicionada à análise da assessoria jurídica do sindicato - quanto à viabilidade e possibilidade de êxito da causa - e à aprovação em assembleia.

Seguindo tais critérios, a Diretoria Executiva do SINDISEAB está autorizada, pela Assembleia Geral Ordinária de 26 de agosto de 2016, a impetrar as seguintes ações judiciais:

**01) abono permanência** – ação judicial para cobrar o recebimento do benefício para servidores que já cumpriram os requisitos legais para obtenção do abono permanência, mas que, por algum motivo, o Estado não paga.

**02) progressões por titulação e antiguidade** – atualmente temos dois grupos fechados: (1) por titulação com integrantes e (2) outro por antiguidade (tempo de serviço) com 11 integrantes. O SINDISEAB já está recebendo documentação para formação de novos grupos de progressões vencidas ou a vencer no triênio de 2016-2019.

**03) terço de férias** – ação referente ao pagamento parcelado em 3 vezes do terço de

férias feito pelo Estado do Paraná, no ano de 2015, o que contraria a constituição.

**04) diferença salarial** – ação judicial para rever e cobrar diferença salarial de servidores que optaram pela transposição do QPPE para o Quadro da ADAPAR.

**05) GEEE para novos contratados** – ação judicial para a implantação da Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais (GEEE) para servidores públicos oriundos tanto da extinta SETS (estima-se 30 pessoas) quanto da SEED agora lotados e prestando serviços na SEAB (DESAN/DERAL/NUCLEOS REGIONAIS da SEAB).

**06) enquadramento/disfunção** – estudo de viabilidade de buscar indenização pela disfunção entre o cargo de provimento e o de efetivo de exercício, dos servidores não enquadrados.

**07) substituições de cargos comissionados e funções gratificadas no período de afastamento dos titulares** – ação judicial para buscar o recebimento da gratificação de chefia para os servidores que substituíram os chefes por ocasião de afastamentos desses, e o Estado não fez o pagamento pela via administrativa.

## FORMAÇÃO

### Em parceria com a CUT-PR, SINDISEAB programa nova rodada de cursos

A gestão 2016-2019 já programou uma série de Cursos de Formação Sindical em parceria com a Central Única dos Trabalhadores do Paraná - CUT-PR.

Para participar é necessário estar filiado ao SINDISEAB e se comprometer a participar de todo o curso. As liberações serão solicitadas pelo sindicato. Reserve sua vaga enviando mensagem para: [sindiseab@sindiseab.org.br](mailto:sindiseab@sindiseab.org.br).

As inscrições serão direcionadas aos locais mais próximos das residências dos associados. A CUT-PR vai financiar a hospedagem, os formadores e o almoço. As entidades são responsáveis pelo transporte e despesas até o local do evento e pelo jantar. Além destes cursos, será ofertado o de Gestão Sindical.

#### Curso de Negociação e Contratação Coletiva (NCC) - 2017

Público-alvo: Direção Executiva, Conselho Fiscal e dirigentes regionais.

Indicativos de local: **Guarapuava, Litoral ou Curitiba**

\* 1ª etapa: 14 a 17/02 \* 2ª etapa: 21 a 24/03 \* 3ª etapa: 25 a 28/04

#### Organização e Representação Sindical de Base (ORSB) 2016 - 2017

Público-alvo: dirigentes regionais e lideranças nos locais de trabalho.

As primeiras turmas já estão definidas:

- **Toledo** Local: Sertoledo.

\* 1ª etapa: 21 e 22/10 \* 2ª etapa: 25 e 26/11 \* 3ª etapa: 2017 - a turma organiza a data

- **Maringá** Local: a ser definido.

\* 1ª etapa: 28 e 29/10 \* 2ª etapa 02 e 03/12 \* 3ª etapa: 2017 - a turma organiza a data

O Coletivo de Formação está estudando a viabilidade de abrir turma em Curitiba, o que deverá ser definido em sua próxima reunião, nos dias 11/11 e 12/11, no SINEFI, em Foz de Iguaçu.

22 DE SETEMBRO

# Categorias seguem construindo a greve geral de todos os trabalhadores e trabalhadoras

**Pelo menos 23 estados aderiram ao Dia Nacional de Lutas contra a retirada de direitos e as privatizações.**

**Em Brasília, a FENASEPE** – federação dos servidores estaduais – participou da paralisação geral contra o desmonte dos serviços públicos, retiradas de direitos dos trabalhadores e privatizações.

**No Paraná,** diversas categorias pararam suas atividades: bancários, petroleiros, trabalhadores dos correios, da educação, servidores municipais, estaduais e federais, professores e técnicos da UFPR, do IFPR.



Servidores estaduais de diversas categorias participaram dos atos públicos em Curitiba. Os professores fizeram paralisação parcial, com aulas de 30 minutos e discussões nas escolas. Sinditext e SindSaúde fizeram ato pela manhã na Praça Santos Andrade.



Em Maringá, a Plenária do FES contou com a participação do SINDISEAB pela manhã. O SINTEMAR deliberou por um dia de paralisação total. À tarde, os servidores participaram do ato público unificado com outras categorias.

À noite, todas as categorias se reuniram para mais um grande **"Fora Temer!"** na Praça Santos Andrade, em Curitiba.



ENQUADRAMENTO

## Sobre aposentadoria de reenquadrados, PGE passa a bola (de novo) para o TCE-PR

Os servidores estaduais reenquadrados em 2010 já cumpriram cinco anos no cargo. Agora resta a dúvida: teriam que esperar cumprir 10 ou 15 anos na CARREIRA para obter aposentadoria integral?

Para esclarecer o assunto, o SINDISEAB mandou ofício (nº 31/2016-SG) para a SEAP e outro (nº 32/2016) para a Procuradoria Geral do Estado (PGE).

No Parecer 12/2016, a PGE concluiu que é válida a aplicação das Emendas Constitucionais (EC 41/03: 10 anos; e EC 47/05: 15 anos) que modificaram as regras para as aposentadorias de servidores. Mas, como não existe jurisprudência

ou precedentes judiciais sobre o assunto, a PGE resolveu consultar o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR).

Quer dizer que o Governo do Estado quer que os reenquadrados trabalhem mais cinco ou dez anos para obter aposentadoria integral? Mas espere: a condição para o reconhecimento do direito ao enquadramento não era estar em desvio de função desde 2002?

O Parecer PGE-12/2016 está sendo analisado pelo jurídico do SINDISEAB. Depois disto, a direção estadual fará os devidos encaminhamentos sobre o assunto.

PL 257 E PEC 241

## FES continua na luta contra a retirada de direitos

**Projeto de lei 257 da renegociação das dívidas dos estados junto à União foi aprovado na Câmara dos Deputados.**

**Os destaques foram aprovados em 30 de agosto. O projeto de lei seguiu para o Senado onde está sob o número PL 54.**

A professora Marlei divulgou um vídeo nas redes sociais no qual faz um resumo dos trâmites e do resultado da mobilização dos servidores de todo o país. "Retiramos com muita luta, o impedimento do pagamento de progressões e promoções; de quinquênio e licenças; e o aumento da alíquota da aposentadoria. O que não significa que o governo não tente colocar estes temas novamente", avisa.

"Por enquanto, o PL 257 limita em dois anos as despesas de pessoal somente de (reajuste) acordo com a inflação. Pior que isso é a PEC 241, que pode limitar todos os recursos da saúde e educação por 20 anos. que hoje está colocada para o governo federal e deve ser colocada para estados e municípios. Por isso", exorta, "a nossa luta continua!"

"Barramos parte do PL 257", explica, "ainda é muito ruim, vamos dar continuidade a essa luta. Vamos lutar contra a PEC 241. Vamos lutar contra a

Professora Marlei fala sobre o PL 257 e o PEC 241, dois projetos de lei que tramitam no congresso federal e ameaçam os direitos dos(as) servidores(as) públicos(as).  
#nenhnumdireitoamenos #autônala #contraorecesso



reforma da Previdência, Já deliberamos na nossa assembleia a greve geral no país, quando for definida a data, e no estado também se o governo retirar de nós quaisquer direitos."

A coordenadora do FES afirma que "o governo tem condições de pagar as promoções e progressões e de implantá-las imediatamente. E nós não abrimos mão da nossa data-base. Muita força. Muita disposição para a luta. Rumo à greve geral!"

PLENÁRIAS DO FES

## Fórum dos Servidores realiza série de plenárias no interior

**Diante dos riscos de retirada de direitos, desmontes dos serviços públicos e privatizações dolosas, o FES está se reunindo nas cidades polo do Paraná para esclarecer dúvidas da população entre os dias 14 de setembro e 05 de outubro.**

Em pauta, a análise de conjuntura nacional: reforma da Previdência, PL 257 e PEC 241; seguida da análise de conjuntura estadual: pacote do Richa - privatização da Copel e Sanepar e desmonte do setor público; não pagamento da data base dos servidores públicos do Paraná; dilapidação da ParanaPrevidência.

Com base nestas informações, os servidores debatem e propõem encaminhamentos para organizar a mobilização de resistência.

O SINDISEAB convoca todos os servidores da base, em especial os dirigentes regionais, para que compareçam às plenárias e se integrem com os servidores dos outros sindicatos do FES.

A decisão de realizar as plenárias aconteceu no Planejamento do FES, em 06 de junho. Fique de olho no calendário

para acompanhar as próximas:

- \* **28/09, quarta** – 14h00, Cascavel, no Auditório do COU - Unioeste.
- \* **29/09, quinta** – 17h00, Ponta Grossa, no Sindicato dos Metalúrgicos.
- \* **05/10, quarta** – 09h00 às 17h00, Curitiba, na APP. Quando serão definidos os detalhes da mobilização do dia 25 de outubro, na semana do Servidor Público.

Para resistir às privatizações da COPEL e SANEPAR, outras entidades sindicais estão vindo somar forças com o Fórum dos Servidores: SENGE-PR; STEEM – Eletricitários de Maringá; SINDEL – Eletricitários de Londrina; SINEFI – Eletricitários de Foz de Iguaçu; SINEL – Eletricitários de Ponta Grossa; SIEMCEL – Eletricitários de Cascavel; e STIECP – Eletricitários de Cornélio Procopio.



Já aconteceram as plenárias de Guarapuava (Unicentro - 14/09); Londrina (APP - 20/09) e Maringá (Sinteemar 21/09). Mais três plenárias estão previstas.